



PÓS-GRADUAÇÃO – FAUC

DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR II

DÉBORA DOS SANTOS ROCHA

A LITERATURA NO LIVRO DIDÁTICO

Cuiabá / MT
2012

DÉBORA DOS SANTOS ROCHA

A LITERATURA NO LIVRO DIDÁTICO

Artigo Científico apresentado à FAUC – Faculdade de Cuiabá, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialização em Docência do Ensino Superior.

Aluna: Débora dos Santos Rocha

E-mail: debora_srocha@hotmail.com

Orientador: Prof.^a Rosemary Silveira Barbosa

ROCHA, Débora dos Santos. **A Literatura no Livro Didático**. 2012. 20 pág. Artigo Científico apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialização em Docência do Ensino Superior à FAUC – Faculdade de Cuiabá, Cuiabá, 2012.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o resultado de muitos estudos nos últimos anos referente aos problemas no modo como a Literatura vem sendo empregada nos livros didáticos. A maneira como os livros são abordados pelos manuais didáticos nem sempre levam em consideração o valor estético das obras, retomando-as quase sempre apenas como pretexto. A abordagem literária questiona o aproveitamento narrativo do aluno quanto à contribuição do professor para a formação de leitores críticos da literatura, capazes, sobretudo, de descobrirem os mecanismos sociais de produção de sentido, ideológicos e estéticos, da Arte Literária. Justifica-se este comportamento didático equivocado, diante da tendência geral de o professor não considerar o texto de literatura como um projeto ideológico, de natureza pragmática, construído, sempre, a partir de um horizonte social, que não pode ser menosprezado no ensino da leitura da literatura. Portanto, só se movendo duplamente diante do texto literário é que os alunos captarão a significação total do texto lido e se afirmarão como leitores completos ou ideais de Literatura.

Palavras-chave: Literatura. Livros Didáticos. Arte Literária. Leitura.

ROCHA, Debora dos Santos. **Literature in Textbook. 2012.** 20 pg. Scientific paper submitted as partial requirement for obtaining the title of Teaching Specialization in Higher Education to FAUC - Faculty of Cuiabá, Cuiabá, 2012.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the results of many studies in recent years related to problems in how the literature has been used in textbooks. The way the books are covered by textbooks do not always take into consideration the aesthetic value of the works, almost always returning to them only as a pretext. The literary approach questions the use of narrative as the student teacher's contribution to the formation of critical readers of literature, able, above all, discovering the mechanisms of social production of meaning, ideological and aesthetic, the Literary Arts. Justified this behavior didactic wrong, given the general trend of the teacher does not consider the text of literature as an ideological project of a pragmatic nature, constructed, always, from a social horizon, which cannot be overlooked in the teaching of reading literature. Therefore, only twice before moving literary text is that students will pick up the full meaning of the text read and assert themselves as readers complete or ideal for Literature.

Keywords: Literature. Textbook. Literary Art. Reading.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este trabalho foi “A Literatura no Livro Didático”, tendo como base de estudo o livro *Leitura e Literatura Infanto-Juvenil – Redes de Sentido de Rosemar Coenga*. Essa pesquisa focaliza que os leitores têm uma modulação própria no campo de estudos sobre leitura, um campo bastante alargado e que inclui trabalhos que buscam elucidar inúmeros aspectos do fenômeno, como o ensino-aprendizagem da leitura, as propostas didáticas, o letramento dos jovens leitores e a formação do professor leitor.

Pretende-se por em destaque o estudo crítico da literatura no livro didático e seus autores, direcionando para as questões da literatura, que envolvem o estudo das práticas culturais de letramento e o estudo crítico da literatura infanto-juvenil, oferecendo ao leitor maiores discursos em diferentes campos da literatura. Assim, na maioria dos livros que buscam tratar do assunto, há o seguinte questionamento: “a literatura no livro didático é instrumento pedagógico ou é arte?”.

Literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, á arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização. (Coelho, 2000, p.39)

Para melhor compreensão e concepção da literatura presente nos livros didáticos brasileiros é necessário que se faça um estudo sobre o que é este texto, qual é o seu significado, qual a melhor forma de utilizá-lo, como deve ser sua interpretação, a concepção da estrutura no livro didático, como deve ser feita a escolha desse material, qual a metodologia utilizada, entre tantos outros questionamentos. Estes questionamentos são de extrema importância para um estudo que pretende comparar e verificar o ensino da literatura no livro didático em salas de aula no Brasil e para melhor fundamentação desses tópicos utilizaremos instrumentos da pesquisa qualitativa, cujos dados serão levantados através de entrevistas e análise de documentos, assim como, a comparação no tratamento metodológico dado ao texto literário em livros didáticos brasileiros, a forma como os professores brasileiros utilizam o livro didático em salas de aula, por fim, analisando a concepção de texto literário de professores e livros didáticos brasileiros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A LITERATURA NO LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos são essencialmente utilitários, constituídos de informações objetivas que, em resumo, pretendem, exclusivamente, transmitir conhecimento e informação. São inicialmente instrumentos ligados ao ensino, aos programas educacionais e às matérias do currículo escolar regular. Apresenta em seus textos, uma linguagem impessoal e neutra, construída de forma a obedecer aos parâmetros oficiais da Língua.

O livro didático pertence à literatura, nasceu para difundi-la sob suas várias formas – seja enquanto modalidade singular de expressão, exemplo de uso bem acabado da língua, e maneira de ser e falar a ser imitada – e, por causa disso, converteu-se no paradigma repetido em outros campos do saber. (Zilberman, 2003, p.248).

Nos últimos anos, tem sido grande o interesse em pesquisar o valor do livro didático no Brasil, como maior ferramenta de ensino e, em alguns lugares, o único meio pelo qual o aluno pode aprender e ter o seu primeiro contato com a literatura. E por essa razão que se deve ter o cuidado redobrado com a forma como essa Literatura será inserida no Livro Didático, pois, nem sempre as abordagens literárias levam em consideração o valor estético das obras, retomando-as quase sempre como um complemento, um pretexto literário.

Até certo período da história do Ocidente, ele [o leitor] era formado para a literatura; hoje, ele é alfabetizado e preparado para entender textos, ainda orais ou já na forma escrita, *como querem os PCN, em que se educa para ler, não para a literatura* (Zilberman, 2003, p.265).

Normalmente, os livros didáticos passam ao aluno uma imagem distorcida da real função didática da literatura, tornando-a um texto cujos objetivos são fazer com que desenvolvam a competência lingüística, estudar questões gramaticais, dentre outros.

A partir desse prognóstico, percebe-se a real e fundamental necessidade em mostrar os problemas no modo como os textos literários são utilizados pelos autores dos livros didáticos.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se torna complexo um determinado campo. A ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante vário (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (no sentido amplo do termo: sociais, políticas); mas aí também devemos incluir as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes) (Bakhtin, 2003, p.262).

Todo e qualquer texto literário, quando fragmentado, pode perder seu verdadeiro sentido, tornando-se um texto pobre e sem os verdadeiros aspectos que o autor tencionava passar ao leitor, sendo assim, quem lê esse trecho tem uma experiência de leitura pobre e muitas vezes sem nexos. No texto infantil, esta fragmentação é muito mais prejudicial, pois, além da mudança no texto escrito, muda-se também a ilustração, sendo que esta é de fundamental importância para o aprendizado da criança, onde se pode observar que normalmente no texto original, a figura representa e complementa a idéia central do texto, transmite a mensagem do autor ao leitor e quando essa figura é reduzida, ou substituída por uma menor, o texto perde totalmente o sentido e a sua verdadeira função que era auxiliar o entendimento da criança e a sua compreensão literária no texto.

A maior parte dos estudos sobre a ideologia do livro didático revelou que os conteúdos dos livros estão desvinculados da realidade das crianças. Muitas vezes eles procuram disfarçar, omitir ou distorcer os problemas e as contradições sociais em que se encontram certas classes sociais e minorias às quais pertence grande parte das crianças, como é o caso das crianças carentes. (Freitag, Costa, Motta, 1997, p.116).

Cabe ao educador atentar-se a essa ideologia e ser suficientemente capaz de lidar com esses conteúdos e através do seu conhecimento do real significado literário, disfarçado pelo texto do livro, não deixar passar despercebidos esses saberes preconceituosos. Os livros didáticos são estruturados de acordo com os seguintes procedimentos de trabalho: a apresentação de um texto, seguido do estudo do vocabulário, interpretação do texto, estudo da gramática e ortografia, finalizando com uma proposta de redação.

O livro didático concebe o ensino de literatura apoiado no tripé conceito de leitura/texto/exercício. Conceito de leitura e de literatura que a escola adota é de natureza pragmática, aquele só se justifica quando explicita uma finalidade - a de ser aplicado, investido, num efeito qualquer (Zilberman, 1988, p.111).

Não existe articulação entre as unidades, nem entre as propostas de trabalho. O texto é apresentado no livro didático apenas como pretexto, pois aparecem como uma desculpa para introduzir de forma relativamente agradável o estudo lingüístico. O texto principal dificilmente é recuperado na gramática e muitas vezes não tem nada haver com a proposta de produção de texto.

Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruímos e renovamos o próprio gênero. (Bakhtin, 2000, p.286)

O que se verifica é que o texto só é transportado para a escola a fim de transformar-se em objeto didático-pedagógico, e isso torna ainda mais evidente o seu caráter de pretexto. (Silva, Sparano, Carbonari, Cerri, 1999, p.39).

METODOLOGIA

A fragmentação e descontextualização de textos literários causa outro problema na leitura literária dos alunos, esses textos trazem sérios prejuízos para a compreensão, devido à falta de coesão e coerência, que geram um sentimento de incompetência que desmotiva a criança á seguir os caminhos da leitura literária.

Uma primeira conseqüência dessa fragmentação inadequada, que apresenta apenas a exposição que precede os acontecimentos, é que a criança, que tem internalizado em si a “linguagem universal da narrativa”, cuja estrutura conhece bem, das histórias que conta e que ouve, há de se perguntar: e depois? O que aconteceu? E, não obtendo uma resposta a essas perguntas, irá construindo um conceito inadequado de texto, de narrativa, de leitura literária. (Soares, 1999, p.32-33).

Ao propor um estudo do vocabulário utilizado pelo livro didático, encontramos várias falhas pedagógicas. Em sua maioria esses erros encontram-se no início ou no final texto, local onde destacam as palavras e seus significados distorcidos e/ou errôneos.

A inserção de um trecho de obra literária num livro didático é um acidente de percurso, pois, o texto no livro didático, sendo fragmentado e desarticulado, distancia o leitor da realidade, diferentemente da obra literária, que oferece elementos para a

compreensão do real, dando oportunidade do leitor fazer relações com sua própria experiência. (Yunes, Pondé, 1988, p.10).

Essas palavras são escolhidas aleatoriamente, por um autor que, não conhecendo a realidade dos alunos, procura destacar as palavras que ele acredita ser desconhecidas dos educandos. Essa prática desmotiva o aluno a fazer uso do dicionário, pois, tem ali fácil o significado da palavra desconhecida. Isso limita o aluno, já que, ao recorrer ao dicionário a amplitude de conhecimentos é infinitamente maior, sendo que, o dicionário possui todas as formas e significados do vocábulo, o que fará com que o próprio aluno descubra qual significado se enquadra melhor no contexto.

O que podemos depreender de tais constatações é que, em ambiente escolar, dissocia-se literatura de língua e arte. A lista de características, autores e obras representativas das escolas literárias se constitui em conteúdo que deve ser repassado e memorizado, ano após ano, pelos alunos a quem resta absorver passivamente o que lhes é transmitido. As sistematizações do ensino de literatura, ainda hoje presentes nas escolas, são uma prática cristalizada que se mantém e na qual os livros didáticos freqüentemente estão ancorados. Ora, se os textos provenientes de épocas anteriores forem estudados sem que se mostre sua importância enquanto reflexo de determinado momento histórico no qual o pensamento humano o produziu, de muito pouco valerá tal leitura para a construção do sujeito que se descobre membro de uma sociedade e que dela tende a herdar valores culturais construídos através dos tempos: "A cultura é uma continuidade em transformação. Não pode existir nem no vácuo da tradição nem na imobilidade e no isolamento. Nossa tradição não é 'a continuidade mística da substância cultural ocidental', mas a memória cumulativa de um processo histórico" (Perrone-Moisés, 1998, p.202).

A gramática se mostra como conjunto de normas com que substitui seu comportamento usual, ou de regras que simplesmente se acrescentam ao conjunto geral de informações que a escola lhe atribui. (First, John, 2002, p.19).

Não se propicia uma abordagem crítica do texto por meio da integração entre forma e conteúdo, em que a gramática seja vista como um instrumento para auxiliar numa compreensão mais profunda do texto, desvelando sentidos anteriormente ignorados e ratificando outros inicialmente intuídos. (Silva, Sparano, Carbonari, Cerri apud Chiappini, 2002, p.55).

Ao ensinar o aluno como deve ser feita uma produção de texto é necessário que, o educador escolha com cuidado e atenção os temas e os textos, pois, aos poucos os alunos descobrirão as mensagens do texto, seus significados, o que o autor do texto quer passar, o sentido real da obra literária. O papel do educador é

fundamental nesse processo de adaptação e apresentação da literatura ao aluno. É importante frisar como essa leitura ocorre em sala de aula, observando a prática e a forma de apresentação ao aluno. Em alguns casos a leitura literária é empregada como se fosse uma obrigação, ritual ou atividade mecânica.

É importante considerar a leitura como produção de sentido conforme Eco, 1979, nos revela, um texto é uma cadeia de artifícios expressivos que o destinatário deve atualizar no momento da leitura. De acordo com essa concepção, ler se constitui no ato de compreender as intenções do autor através dos sentidos de cada texto, ocorrendo assim uma interação entre sujeitos (autor-leitor) mediada pelo texto.

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido do texto é a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (Lajolo apud Certeau, 1996, p.91).

A leitura literária nos livros didáticos deve ser feita de forma que a criança tenha vontade de ampliar essa leitura, que tenha vontade de conhecer o texto, a obra por completo. O livro didático é uma primeira apresentação da literatura ao aluno e para que esse desejo possa ser acrescido e continuado, essa leitura deve ser leve e prazerosa, instigando no aluno o desejo de ampliar seus conhecimentos.

Ao conceber a simples oralização do texto como sinônimo imediato de compreensão, o professor se exime da sua responsabilidade de mediador no processo da aprendizagem, ficando este exclusivamente por conta da capacidade do aluno. A leitura surge como uma atividade através da qual os alunos são levados a reconhecer e reproduzir um sentido que se supõe ser o original. (Silva, Rosemeire apud Chiappini, 2002, p.107).

RESULTADOS

A leitura é muitas vezes utilizada não no seu real sentido, mas com o objetivo de se trabalhar a dicção. Não que essa estratégia da verbalização do texto na busca de uma leitura fluente não seja importante, mas é preciso ficar atento para que o ato de ler vá além da simples verbalização, cabendo ao professor utilizar estratégias que possibilitem uma leitura crítica do texto.

Ler não é só decifrar os sons das letras e das palavras, mas conseguir pensar uma mensagem elaborada por outra pessoa e representada na escrita. Em algumas situações existe a superação dos problemas apontados acima sobre o trabalho da leitura, porém o professor se coloca como o único detentor do saber, não havendo trocas e discussões a respeito do texto, ou seja, ele não respeita a opinião dos alunos, descaracterizando a função ativa que esses exercem enquanto leitores. (Cagliari, 2001, p. 69).

São esses pequenos erros cometidos em salas de aula que fazem com que o aluno tenha uma idéia distorcida do verdadeiro sentido da Literatura. O educador que muitas vezes não é um leitor crítico e reflexivo tem medo de propor esse tipo de trabalho em sala de aula. Portanto é preciso que esse educador repense seu papel e que assuma a literatura, como textos didatizados, em sala de aula, para as conseqüências futuras dos educandos que na maioria das vezes encontra dificuldades em se expressar dentro e fora dos muros escolares.

Os textos com predomínio da função literária têm uma intencionalidade estética e seu autor emprega todos os recursos oferecidos pela língua, com liberdade e originalidade para produzir uma mensagem artística, uma obra de arte. (Kaufman, 1995, p.14)

Os textos que circulam nas escolas são divididos em dois grupos: os didáticos e os didatizados, sendo os didáticos aqueles presentes nos livros adotados pelo professor e os didatizados textos selecionados pelo professor para serem trabalhados em sala de aula, este último dividido em dois níveis. O primeiro nível de didatização é encontrado no livro didático em que o autor seleciona textos que elabora um trabalho sobre eles, cabendo ao professor apenas transmiti-lo. O segundo nível de didatização é aquele em que o professor pesquisa textos de diversas tipologias, trazendo para a sala de aula a sua proposta de trabalho, podemos considerar também propostas de trabalhos trazidas pelo professor que apenas seleciona os textos de vários manuais, não tendo participação alguma em sua elaboração. Há também aqueles em que o professor seleciona um texto, dos livros didáticos, mas elabora seu próprio trabalho, não seguindo as dicas propostas do manual. (Chiappini, 2002, p.27).

O livro didático é, portanto, a ferramenta que de forma mais objetiva e sucinta, mais clara e compreensível procura orientar os professores em seu trabalho para que consiga transmitir ao aluno o conhecimento de determinadas disciplinas.

O problema é que o livro didático assume o caráter de critério de verdade, a última palavra sobre o assunto. Nenhum livro didático pode ser seguido página por página ou capítulo por capítulo. Não é possível que um só livro forneça informações completas sobre todos os problemas que a classe precisa estudar. (Macomber apud Oliveira, 2004, p. 95).

O maior problema encontrado pelos estudiosos que analisam os conteúdos do livro didático é a universalidade do livro e os preconceitos e concepções ideológicas contidas nesse material.

A literatura é uma arte feita de palavras que utiliza como recurso a ficção, tem motivação estética, não é utilitária recorre ao discurso poético, vincula-se à voz pessoal, à subjetividade, ao ponto de vista inesperado e particular sobre a vida e o mundo pode e costuma ser ambígua pode brincar com as palavras e até inventá-las tem a ver com conceitos como a aventura, o romance, o suspense, a tragédia, a comédia etc.

Não faz sentido, é preciso dizer, falar em atualização periódica, a não ser a ortográfica, quando pensamos em literatura, seja ela infantil ou não. Seria, naturalmente, perda de tempo pretender ser conclusivo diante de um assunto tão amplo. É preciso reconhecer perante os jovens que a vida apresenta inúmeros aspectos diante dos quais não faz sentido falar em lições unívocas e objetivas. É preciso ainda que o leitor, jovem ou não, também entre em contato com textos de ficção, emotivos e lúdicos, que se espantem diante da complexa e ambígua paisagem representada pelo que chamamos realidade.

“– Quando eu lia contos de fadas, pensava que essas coisas jamais aconteciam, e cá estou eu metida numa dessas estórias! Deve haver algum livro escrito sobre mim, deve haver! E quando eu crescer escreverei um... Mas eu já cresci” – e acrescentou, cheia de tristeza: “pelo menos aqui não existe mais espaço para crescer.”
 “Mas então” – pensou Alice – “será que nunca vou ficar mais velha do que estou agora? Sempre é um consolo... Nunca ser uma mulher velha... Mas então terei sempre lições para aprender! Oh, isso não, disso é que eu não gostaria mesmo!” (Carroll, 1977, p. 64).

Trata-se de um trechinho das Aventuras de Alice no País da Maravilhas. Na casa de certo coelho, Alice encontra uma garrafinha, bebe seu conteúdo, cresce despropositadamente e fica entalada na sala. A partir de fatos estranhos como este e outros, a menina acaba especulando sobre temas que interessam a todos nós, independentemente de faixas etárias: os limites entre a fantasia e a realidade; as diferenças entre adultos e crianças; a deterioração de muitas convenções; e ainda, por coincidência, o nosso tema: a questão da oposição entre o didatismo e a ficção.

A literatura é arte, portanto envolve satisfação e emoção. “Caracteriza a área afetiva o prazer, o ideal, a escolha, as crenças, as preferências, as atitudes, os ideais, as idéias.” (Góes, 1990, p.22).

Se a literatura é arte, é agradável e se o brincar é promotor do desenvolvimento e da aprendizagem da criança, fazer uso da literatura no âmbito escolar se torna necessário, assim como torna-se fundamental uma didática de sala de aula que estimule as crianças a ler. A ação docente deve sempre promover o interesse pela leitura, deve instigar o aluno a leitura de modo que continue a trilhar o caminho da vida estudantil tendo imenso prazer em ler. Os Referenciais Curriculares Nacionais sugerem que:

[...] os professores deverão organizar a sua prática de forma a promover em seus alunos: o interesse pela leitura de histórias [...]. Isto se fará possível trabalhando conteúdos que privilegiem a participação dos alunos em situações de leitura de diferentes gêneros feita pelos adultos, como contos, poemas, parlendas, trava-línguas, etc. propiciar momentos de reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor. (BRASIL, 1998, vol.3, pp. 117, 159).

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) criou em 1997 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que teria por objetivos:

a) contribuir para socialização e universalização do ensino, bem como para a melhoria de sua qualidade, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o País, cadastrados no Censo Escolar;

b) diminuir as desigualdades educacionais existentes, buscando estabelecer padrão mínimo de qualidade pedagógica para os livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do País;

c) possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados no Programa; e

d) promover a crescente melhoria física e pedagógica dos livros, garantindo a sua utilização/reutilização por três anos consecutivos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 67), o livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. Esses livros são instrumentos de aprendizagem comumente utilizados em instituições de ensino particulares e públicas em todo o país. No entanto, essa ferramenta deveria servir apenas como auxílio para o trabalho do professor. Porém, nem sempre é isso

o que ocorre, pois, em muitos casos, o material didático é a única ferramenta de que dispõe o professor em sala de aula.

A realidade educacional brasileira é bastante heterogênea: ao mesmo tempo em que há movimentos em torno de uma educação voltada para a prática social, que se apropria da realidade como instrumento pedagógico e que faz do livro didático, material de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, devidamente contextualizado, este mesmo livro, em outras situações, continua a ser a única referência para o trabalho do professor, passando a assumir até mesmo o papel de currículo e de definidor das estratégias de ensino. (PNLD, 2010, p. 28).

Percebe-se que essa realidade heterogênea faz com que o livro didático seja para alguns professores, material de auxílio ao processo de ensino-aprendizagem, e em outras situações, o livro didático continua sendo única referência para o trabalho do professor. É nesse contexto heterogêneo que o professor precisa encontrar caminhos para que os materiais didáticos sejam, de fato, uma complementação de seu fazer docente e possam efetivamente contribuir para uma prática pedagógica autônoma, promovendo a busca por metodologias e concepções pedagógicas adequadas ao projeto político-pedagógico da escola e jamais definidor de sua estratégia de ensino.

É verdade que os professores estão presentes em todos os discursos sobre a educação. Por uma ou por outra razão, fala-se sempre deles. Mas muitas vezes está-lhes reservado o “lugar do morto”. Tal como Bridget, nenhuma jogada pode ser delineada sem ter em atenção as cartas que estão em cima da mesa. Mas o jogador que as possui não pode ter uma estratégia própria: ele é o referente passivo de todos os outros (NÓVOA, 1995, p.10).

Sabe-se que as obras didáticas devem auxiliar o docente na busca por caminhos para sua prática pedagógica e esses caminhos são bastante plurais, posto que o universo de referências dos saberes desse profissional não se esgota no restrito espaço da sala de aula ou nas orientações transmitidas pela obra didática, haverá sempre lacunas nos livros didáticos, que deverão ser preenchidas no fazer docente.

Atendendo a essas prerrogativas, o livro possibilita ao aluno tornar-se sujeito de sua própria aprendizagem e ao professor assumir a responsabilidade pela condução da mesma. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Em 1996, inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD/1997. Esse procedimento foi aperfeiçoado, e é aplicado até hoje. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, estão desatualizados,

concebem preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Programa Nacional do Livro Didático. Em 1997, há a extinção da FAE, e a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Nesse contexto, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem se aprimorado permanentemente [...] em atenção à particularidade do aluno ingressante, o PNLD foi ampliado com o objetivo de prover o primeiro ano do ensino fundamental com livros didáticos e materiais complementares voltados para essa etapa do ciclo de alfabetização e considerando a faixa etária em questão. (PNLD, 2010, p. 35).

A influência do livro didático na prática de ensino brasileira é inegável, contudo, e, é claro, que o professor não deve deixar de buscar outras fontes para enriquecer o trabalho pedagógico, a fim de que seus alunos tenham múltiplas experiências, além daquelas presentes no material didático, que continua sendo uma peça importante no ensino e, em algumas realidades brasileiras, praticamente únicas.

Na tentativa de cativar os alunos e, sobretudo, de acompanhar o desenvolvimento da pedagogia e da didática, os livros didáticos apresentam algumas mudanças ao longo de sua história.

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. Atualmente exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram as demandas sociais até bem pouco tempo atrás — e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente. (BRASIL, 1997, p. 25).

Atualmente, as orientações do MEC em relação ao trabalho com o livro didático, sobretudo nas séries iniciais, são para que contemplem em suas páginas textos literários. Isso porque textos literários, mais do que recomendadas pelo MEC como rotina na educação, é uma prática privilegiada para a aplicação no processo de ensino-aprendizagem que visa ao desenvolvimento pessoal e à atuação cooperativa na sociedade.

De acordo com Zilberman; Cademartori (1987, p.14), a presença da literatura infantil na escola não é fortuita, uma vez que os primeiros textos para crianças foram escritos por pedagogos e professoras, com marcante intuito educativo.

O papel educacional de textos literários na formação do senso crítico é inegável porque preparam as crianças para um pensamento coerente. Para que as crianças desenvolvam o senso crítico, as situações propostas a elas necessitam ser compreensíveis, ter significado em seu mundo e lhes causarem interesse. E nesse sentido as histórias são ferramentas de grande valia para o professor e de grande significância do livro didático.

De acordo com orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 30) é importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Quando trabalhada em sala de aula, a literatura não deve ser tomada como cópia do real, nem puro exercício de linguagem, muito menos como mera fantasia. Pensar sobre a literatura no âmbito do real e do imaginário implica dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo regido por jogos de aproximações e afastamentos.

Com o passar dos anos o livro didático passou a fazer parte do ambiente escolar, sendo querido por alguns professores e também odiado por outros. Nesse breve relato sobre a história do Livro Didático, percebe-se que há sempre o cuidado de entender que o professor deve ser soberano sobre o livro didático e o que garante bons resultados é a utilização do material didático em cada escola.

O que dá a um livro o seu caráter e qualidade didático-pedagógicos é, mais que uma forma própria de organização interna, o tipo de uso que se faz dele; e os bons resultados também dependem diretamente desse uso. Logo, convém não esquecer: um livro, entendido como objeto, é apenas um livro. O que pode torná-lo atraente é o uso adequado à situação particular de cada escola. Podemos exigir – obter – bastante de um livro, desde que conheçamos bem nossas necessidades e sejamos capazes de entender os limites do LD e ir além dele. (PNLD, 2010, p.11).

Segundo Silva (2006, p.49), o papel do professor é indispensável nesse processo de ensino e de aprendizagem, ainda que o material didático tenha qualidade em termos teórico-metodológicos e em termos textuais, sempre haverá lacunas, por isso, cabe ao professor o poder e o dever de lançar mão de outros

materiais, ou mesmo do próprio LD, e realizar inserções próprias, aprofundando a relação existente entre aluno, professor e livro didático.

É importante dizer que, em se tratando dos professores de língua portuguesa, há um agravante nessa configuração de identidade deteriorada, permeada por um discurso de desencanto ou descontentamento, as ciências lingüísticas vêm trazendo aos estudos e pesquisas sobre o ensino de português, verdades, orientações e caminhos de entendimento e explicação de sua crise e de seu fracasso, além, é obvio, de propostas de solução.

E a escola? Muitas vezes ela esquece que educação é um problema social, e encara-o como problema cultural, pedagógico. Sem o menor respeito pelas condições de vida de seus freqüentadores impõe-lhes modelos de ensino e conteúdos justamente produzidos para conservação dessa situação injusta, indecente, assim vemos muitos professores de português, tragicamente, ensinando análise sintática a crianças mal alimentadas, pálidas, que acabam, depois de aulas onde não faltam castigos e broncas, condicionadas a distinguir o sujeito de uma oração. Estas crianças passarão alguns anos na escola sem saber que elas poderão acertar o sujeito da oração, mas nunca serão o sujeito das suas próprias histórias. (Almeida apud Pagliarini, 1993, p. 15)

Nesse sentido, o professor ideal é aquele que possui:

Amor pedagógico, isto é, aquela atração, simpatia, interesse natural pelos adolescentes e desejo de auxiliá-los nas suas lutas, seus problemas e seus anseios. Dessa capacidade de sintonizar com os adolescentes e de compreendê-los resulta satisfação e gosto pelo convívio com os mesmos. O “amor pedagógico” é o oposto da atitude sistemática de aversão e de hostilidade aos adolescentes; de impaciência, desprezo, arbitrariedade, rispidez e sadismo em face de adolescentes imaturos e indefesos (Mattos, 1966, p. 13).

Não queremos com essas considerações negar a importância do envolvimento afetivo do professor na ação docente, até porque entendemos, junto com Luckesi (1992), que o professor deve desejar ensinar e isso só é possível se ele for movido por certa dose de paixão pela atividade docente que se estende, obviamente, ao aluno. Contudo, julgamos necessário chamar a atenção para o fato de que junto com essa visão idealizada da profissão, permanece sedimentada a imagem de professor vocacionado, missionário que reproduz a ideologia do sacerdócio mantida pelo discurso social e messiânico de amor ao próximo. Desse discurso deriva o desejo de salvar os jovens, mostrando-lhes caminhos.

CONCLUSÃO

Ao observar a maneira como o livro didático de português aborda a Literatura, constatou-se que o conteúdo inserido ou a forma como esse conteúdo foi inserido no livro didático, pouco contribuiu para a formação de leitores literários. O uso do texto literário fragmentado serve apenas como pretexto, para constar que o livro didático possui em sua unidade textos literários. Em sua grande maioria, o uso de trechos literários serviu apenas como suporte para a inserção de estudos de regras gramaticais e de produção textual, priorizando o desenvolvimento da competência lingüística, que é um dos objetivos dos livros didáticos em geral.

A falta de incentivo para a leitura integral de obras literárias utilizadas pelo livro didático é notória, ao educador falta o devido conhecimento crítico literário para incentivar os alunos a buscarem novos autores, obras e conhecimentos literários. A abordagem presente no manual nem sempre leva em consideração o valor estético dos textos literários, escolhendo-os, muitas vezes, devido à adequação à unidade temática ou simplesmente por ser um escritor renomado. Há uma sobreposição do viés pragmático em detrimento do valor estético da obra.

O livro didático não foi feito para ser seguido ao pé da letra, ele é apenas um manual, um norteador para que o professor tenha noção do caminho que ele deve seguir. Muitos educadores acham mais práticos seguir aquilo que já está pronto, a tentar introduzir algo diferente em sala de aula, algo que seja criativo, dinâmico, inovador e que chame a atenção dos alunos. O professor, portanto, deverá posicionar-se criticamente diante dos manuais a fim de perceber o que estes trazem de ganho ou de perda para a Literatura.

Apesar de todos os problemas destacados, é o livro didático que tem o papel de divulgador da Literatura, visto que o acesso a textos literários, para a maioria das crianças, se dá apenas através dos livros didáticos.

Sendo assim, não há como trazer em um único livro obras completas e suas figuras. Portanto, cabe ao professor tornar a obra literária objeto de estudo e entendimento em sala de aula e para tanto é imprescindível estar sempre atento aos modos como os textos literários estão sendo trabalhados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, CELSO. **Geografia do Brasil 2º Grau**. São Paulo, Scipione, 1990, p.53.

BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BERALDO, José Luiz. **Literatura comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1980.

CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas e outros textos**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro, Fontana/Summus, 1977, p.64

CHIAPPINI, L.(org) **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. São Paulo. Editora Cortez. 2ª Edição1998.

CLACLIARI. M. C. **Compreender textos: O questionário e o vocabulário**. São Paulo. Editora Cortez, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: Teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COENGA, Rosemar. **Leitura e Literatura Infanto-Juvenil: Redes de Sentido**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2010.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Global, 2002.

GERALDI, José Wanderley. **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo. Editora Ática, 2001.

KHÉDE, Sonia Salomão. **Personagens da literatura infanto-juvenil Contemporânea no Brasil**. In: Personagens da Literatura infanto-juvenil. São Paulo: Ática: 1986.

KOCH, Ingedore, G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São

Paulo. Editora Cortez, 2003.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: História e histórias.** São Paulo: Ática, 1999.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

MATTOS, L. A. **Sumário de Didática Geral.** Rio de Janeiro: Aurora, 1966.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Programas. Livro Didático – PNLD. Guia do Livro Didático. Disponível em <http://www.fnde.gov/programas/pnld.guia.htm>. Acesso em 01 de out. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto de avaliação de livros didáticos de 1ª a 8ª série.** Disponível em <http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avalidid.shtm> . Acesso em 01 out. 2001.

NICOLA, José de e INFANTE, Ulisses. **Português Palavras e Idéias 8ª Série.** São Paulo, Scipione, 1990, p. 10.

NUNES, Lygia Bojunga. **A bolsa amarela.** 6ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1981, p.30

NÓVOA, A. (Org.) **Profissão Professor.** Porto: Porto Editora, 1995.

PAGLIARINI, M. I. **Prolegômenos de uma pergunta.** Letras & Letras, Uberlândia, n.7, p.123-133, 1991 (publicado em fevereiro de 1993).

SOUZA, Renata Junqueira de. **Poesia Infantil: Concepções e modos de ensino.** 2000. Dissertação (Doutorado em Educação) – FCT, Universidade estadual Paulista, Assis.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.